Demonstrações FINANCEIRAS

Sicoob São Miguel

Exercício 2021

SICOOB São Miguel

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. às **demonstrações contábeis** do ano de 2021 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste – Sicoob São Miguel SC/PR/RS, na forma da legislação em vigor.

1. O Sicoob São Miguel:

O Sicoob São Miguel é uma cooperativa de crédito singular integrada ao Sistema Cooperativo de Crédito do Brasil, o Sicoob. Fundada por 34 agricultores, em 2021, a cooperativa completou 32 anos de atividades.
As cooperativas de crédito singulares são instituições financeiras não bancárias, controladas por seus associados e oferecem a eles os mesmos produtos e serviços financeiros que qualquer outra instituição. Além da captação de cotas capitais, captam depósitos à vista e a prazo que lhes permitem capacidade na concessão de crédito. São administradas por Conselhos formados por associados eleitos em assembleia. Seguem a legislação cooperativista, os normativos do Conselho Monetário Nacional e são supervisionadas pelo Banco Central do Brasil.

2. Nossa atuação

O Sicoob São Miguel está presente nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, ao encerrar o exercício de 2021 contava com 47 agências sendo 46 pontos de atendimentos físicos e uma agência digital.

Municípios com agências:
Santa Catarina: São Miguel do Oeste, Guaraciaba, São José do Cedro, Guarujá do Sul, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Anchieta, Romelândia, Paraíso, Bandeirante, Princesa, Barra Bonita, Indaial, Ascurra, Apiúna e Joinville.
Paraná: Flor da Serra do Sul, Salgado Filho, Bom Jesus do Sul e Manfrinópolis.
Rio Grande do Sul: Carlos Barbosa, Guaporé, Nova Prata, Veranópolis, Espumoso, Soledade, Lajeado, Encantado, Teutônia, Garibaldi, Anta Gorda, Paraí e Serafina Corrêa.

3. Cenário Econômico:

Em 2021, mesmo diante de um cenário desafiador em decorrência da pandemia de Covid-19, apresentamos importantes avanços em nosso desempenho com expressivos resultados.

Em 2021 foram mais de 1,3 bilhão de recursos liberados para o fomento de atividades do agronegócio, de empresas dos mais diversos portes e segmentos e em linhas de crédito para pessoas físicas. Sabemos que estes recursos são propulsores para a manutenção da economia em um ano de muitas oscilações. Além do crédito, é importante destacar a economia que nossos associados tiveram ao realizarem seus negócios com a cooperativa, foram mais de R$ 158 milhões economizados a partir de taxas de juros e tarifas menores cobradas em comparação ao mercado, esse valor permanece no bolso do associado e gira localmente.
Ainda, falando em ganho social, realizamos a remuneração da cota capital, no qual foram mais de R$ 3,6 milhões de juros pagos aos nossos associados.

4. Desempenho Operacional:

As sobras do exercício 2021 considerando a remuneração ao capital e utilização de fundos e reservas foi de R$ 67 milhões, havendo um acréscimo de 44%. Após realizadas as destinações estatutárias serão levadas para a Assembleia Geral Ordinária o montante de R$ 24 milhões, havendo um aumento de 38% em relação ao exercício anterior.

5. Ativos:

Em dezembro de 2021, o saldo registrado era de R$2,6 bilhões, crescimento de 38% em relação a dezembro/2020.

5.1 Depósitos Interfinanceiros e Títulos e Valores Mobiliários

Os recursos aplicados em Depósitos Interfinanceiros e Títulos e Valores Mobiliários somaram **R$ 84.429.096**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Depósitos Interfinanceiros	81.459.981	56.485.173	44,2%
Títulos e Valores Mobiliários	2.969.114	1.243.549	138,8%
Total	**84.429.096**	**57.728.723**	**46,3%**

5.2 Centralização Financeira

A Centralização financeira obteve o montante de **R$ 693.858.081:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Centralização Financeira	693.858.081	634.912.059	9,3%
Total	**693.858.081**	**634.912.059**	**9,3%**

5.3 Operação de Crédito

A carteira de crédito apresenta o montante de **R$ 1.774.408.152**. Podemos observar sua evolução:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Empréstimos	792.348.545	639.042.862	24,0%
Financiamentos	442.536.718	227.279.901	94,7%
Crédito Rural	539.522.889	256.732.572	110,1%
Total	**1.774.408.151**	**1.123.055.335**	**58,0%**

Política de Crédito:

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos, critérios consistentes e prudentes a serem observados e cumpridos, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados – Sicoob São Miguel SC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 83,6**%** nos níveis de **"AA"** ao **"B".**

6. Captação:

As captações, no total de **R$ 1.880.285.531**, apresentaram uma evolução em relação ao ano anterior de **33,5**% e encontravam-se assim distribuídas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Depósitos à Vista	380.089.103	329.178.272	15,5%
Depósitos sob Aviso	3.271.392	4.244.208	-22,9%
Depósitos a Prazo	1.160.170.961	945.911.584	22,7%

Letra Crédito Agro. - LCA	228.429.675	120.142.888	90,1%
Letra Crédito Imobiliário - LCI	108.324.401	9.221.199	1074,7%
Total	**1.880.285.531**	**1.408.698.151**	**33,5%**

7. FGCoop:

O Fundo Garantidor do Cooperativismo Financeiro (FGCoop) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, de direito privado, de abrangência nacional, tendo como associadas todas as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e os bancos cooperativos. Tem como objeto prestar garantia aos depósitos e investimentos dos associados (correntistas), atuando ainda de forma preventiva na manutenção da saúde financeira das cooperativas brasileiras.

As finalidades do FGCoop incluem três aspectos fundamentais, sendo eles: proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista; e contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

A instituição nasceu em um contexto de crescimento e estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) e sua Missão é proteger os depositantes do SNCC nos limites da regulamentação (Resolução nº 4.933/2021 - até o valor de R$ 250 mil, limitado ao saldo existente), contribuindo para sua solidez, perenidade e imagem.

8. Patrimônio Líquido e Quadro de Associados:

O Patrimônio de Referência do Sicoob São Miguel em dezembro de 2021 fechou em **R$ 284 milhões**, havendo um acréscimo de **23,8%** em relação a dezembro de 2020.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Patrimônio Líquido	305.551.919	247.662.516	23,4%
Quadro de Associados	97.809	88.512	10,5%

9. Governança Corporativa:

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e

externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui área de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Sicoob Central SC/RS, que, por sua vez, realiza testes internos.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regimento da Diretoria Executiva.

10. Direcionadores Estratégicos:

- **Propósito:** Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

- **Missão:** Promover o desenvolvimento econômico e social, prestando serviços financeiros inovadores com excelência e ética, visando a satisfação dos cooperados e sociedade.

- **Visão:** Ser referência em soluções financeiras, gerando valor e prosperidade para os associados e comunidade.

- **Valores**
  Transparência – Ser transparente nas relações internas e externas;
  Ética – Ser honesto e justo nas atitudes e ações;
  Prontidão – Vitalidade e aprendizagem contínua;
  Solidariedade – Prática da cooperação com harmonia nas relações interpessoais internas e externas;
  Inovação – Transformar necessidades em oportunidades;

Bravura – Ser ousado e prudente para superar desafios e conquistar o sucesso tendo foco nas pessoas e seus resultados;
Princípios cooperativos – Tratar as diversidades com igualdade.

11. Pacto de Ética:

Todos os integrantes da equipe aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Pacto de Ética e de conduta profissional proposto pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS e os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

12. Conselho de Administração:

O Conselho de Administração do Sicoob (Executivo) é composto por 09 (nove) membros efetivos, sendo 01 (um) presidente, 01(um) vice-presidente, 01 (um) secretário e 06 (seis) conselheiros vogais, todos associados da Cooperativa eleitos em assembleia. O mandato tem duração de quatro anos (2021-2025) e se encerra no momento da posse de seus substitutos. A recondução dos membros é permitida desde que haja renovação obrigatória de um terço dos participantes. Entre suas competências está a definição das diretrizes a serem seguidas pela administração da cooperativa.

13. Conselho Fiscal:

Eleito em Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 02 (dois) anos (2021-2023) o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

14. Canais de Comunicação ou Denúncia:

14.1 Ouvidoria

O Sistema de Ouvidoria do Sicoob é composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

O Banco Sicoob e o CCS – Centro Compartilhado de Serviços do Sicoob, firmaram um convênio com objetivo de compartilhar o Componente

Organizacional de Ouvidoria Único, mantido no Banco Sicoob para utilização pelas Cooperativas Singulares aderentes, por meio de um Termo de Adesão, integrando todas as regras, condições, direitos e obrigações decorrentes do convênio, nos termos da Resolução CMN nº 4.860/2020.

Todas as demandas inseridas no Sistema de Ouvidoria do Sicoob (SOS), são respondidas dentro do prazo estipulado pela Ouvidoria do Sicoob, com base na Resolução CMN nº 4.860/2020 e em conformidade com as orientações constantes do Manual de Instruções Gerais (MIG) - Apoio à Ouvidoria.

Durante o ano de 2021, a Ouvidoria recebeu 103 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Sendo que destas, 90 foram reclamações, das quais 41 foram classificadas como procedentes solucionadas e 49 como improcedentes.

Entre as **90** manifestações de cooperados, **98,89%** foram respondidas em até 10 dias úteis.

14.2 RDR

O Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informações (RDR/Bacen) é um aplicativo destinado ao registro e ao encaminhamento de denúncias e reclamações apresentadas ao Banco Central do Brasil por clientes das instituições financeiras, das administradoras de consórcios e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Cooperativa monitora o Registro de Demandas dos Cidadãos junto ao (RDR) diretamente relacionadas à Cooperativa. São realizadas as consultas no Centro Administrativo da Cooperativa pela área de Comunicação e são encaminhadas para as áreas e/ou pontos de atendimento correspondentes para o devido tratamento.

Durante o ano de 2021, **23** registros foram abertos e tratados dentro dos prazos legais.

14.3 Canal do Reclame Aqui

Reclame Aqui, é um canal aberto, o maior site de reclamação e reputação de empresas do país, recebe reclamações de todas as empresas. O CCS é responsável por realizar o monitoramento diário no site do reclame aqui, em nome das cooperativas do Sicoob. Todas as demandas identificadas são encaminhadas para o Sicoob Central SC/RS, que é responsável por enviar a demanda para a singular.

Durante o ano de 2021, **13** registros foram abertos e tratados dentro dos prazos legais.

13.4 Canal de Indícios e Ilicitude

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.859/2020, foi disponibilizado no site da Cooperativa o canal por meio do qual funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem reportar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da instituição. As mensagens enviadas através deste canal são recebidas e analisadas pelo Sicoob Central SC/RS e em seguida encaminhadas para a Cooperativa.

Durante o ano de 2021, não houve registros de demandas recebida.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pelo empenho e dedicação, aos Conselheiros de Administração pelo trabalho e dedicação nas deliberações para a gestão, aos Conselheiros Fiscais por se debruçarem e avaliarem os processos e as atividades desenvolvidas.

Finalizando, agradecemos também às Comunidades onde o Sicoob São Miguel atua, especialmente em função da sua crescente compreensão do cooperativismo e engajamento junto ao Sistema Sicoob.

Conselho de Administração

Balanço Patrimonial
Exercício findos em 31 de dezembro

Em Reais

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
		2.622.094.614,89	**1.895.377.404,30**
DISPONIBILIDADES		**22.204.589,27**	**20.821.270,12**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**2.583.477.411,89**	**1.838.636.645,03**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**5**	81.459.981,96	56.485.173,89
Títulos e Valores Mobiliários	**6**	2.969.114,46	1.243.549,74
Relações Interfinanceiras		693.858.081,04	634.912.059,99
Centralização Financeira	**4.b**	693.858.081,04	634.912.059,99
Operações de Crédito	**7**	1.774.408.151,70	1.123.055.334,65
Outros Ativos Financeiros	**8**	30.782.082,73	22.940.526,76
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(54.613.233,11)**	**(43.133.542,71)**
(-) Operações de Crédito	**7.b**	(52.641.987,15)	(41.550.361,86)
(-) Outras	**8.1**	(1.971.245,96)	(1.583.180,85)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	**9**	**1.154.550,68**	**547.174,71**
OUTROS ATIVOS	**10**	**9.855.168,89**	**21.387.409,23**
INVESTIMENTOS	**11**	**31.704.918,57**	**31.557.933,99**
IMOBILIZADO DE USO	**12**	**43.602.663,25**	**38.519.567,83**
INTANGÍVEL	**13**	**731.792,78**	**729.243,74**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		**(16.023.247,33)**	**(13.688.297,64)**
TOTAL DO ATIVO		**2.622.094.614,89**	**1.895.377.404,30**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.622.094.614,89	1.895.377.404,30
DEPÓSITOS	**14**	**1.543.531.454,91**	**1.279.334.064,11**
Depósitos à Vista		380.089.102,73	329.178.272,09
Depósitos Sob Aviso		3.271.391,64	4.244.208,03
Depósitos a Prazo		1.160.170.960,54	945.911.583,99
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**727.712.523,75**	**330.511.214,38**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	**15**	336.754.076,12	129.364.087,19
Relações Interfinanceiras		380.285.219,94	176.088.047,42
Repasses Interfinanceiros	**16.a**	380.166.324,10	175.821.525,76
Outras Relações Interfinanceiras	**17**	118.895,84	266.521,66
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**16.b**	9.770.927,29	24.795.586,57
Outros Passivos Financeiros	**18**	902.300,40	263.493,20
PROVISÕES	**20**	**6.396.854,52**	**6.319.371,49**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	**21**	**2.245.682,11**	**1.786.078,62**
OUTROS PASSIVOS	**22**	**36.656.180,40**	**29.764.159,56**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		305.551.919,20	247.662.516,14
CAPITAL SOCIAL	**23.1**	87.901.932,49	80.370.752,15
RESERVAS DE SOBRAS	**23.2**	196.309.994,61	152.722.014,01
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	**23.3**	21.339.992,10	14.569.749,98
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.622.094.614,89**	**1.895.377.404,30**

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**124.755.860,70**	**209.947.813,12**	**137.836.113,80**
Operações de Crédito	**25**	100.010.659,50	177.924.734,52	120.006.348,07
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	**4.b**	22.794.222,68	29.225.199,48	16.555.668,50
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**5**	1.832.563,97	2.598.054,30	1.224.733,13
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	**6**	86.200,75	111.600,28	36.865,97
Resultado das Aplicações Compulsórias		32.213,80	88.224,54	12.498,13
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**26**	**(62.969.059,07)**	**(94.045.164,96)**	**(46.083.325,94)**
Operações de Captação no Mercado		(43.628.058,31)	(57.798.985,74)	(25.431.567,49)
Operações de Empréstimos e Repasses		(7.885.402,72)	(11.435.386,62)	(6.291.742,95)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(11.455.598,04)	(24.810.792,60)	(14.360.015,50)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**61.786.801,63**	**115.902.648,16**	**91.752.787,86**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(21.121.207,03)**	**(40.679.592,40)**	**(43.307.264,72)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	**27**	17.048.669,01	28.748.812,95	20.623.500,44
Rendas de Tarifas	**28**	8.791.596,50	16.921.189,26	12.870.493,37
Dispêndios e Despesas de Pessoal	**29**	(28.263.152,77)	(52.185.580,97)	(44.499.471,60)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	**30**	(21.348.755,39)	(39.589.709,53)	(33.852.388,26)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(1.526.049,75)	(2.702.717,32)	(2.002.804,06)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	**31**	6.159.932,60	12.214.095,39	9.152.570,74
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	**32**	(1.983.447,23)	(4.085.682,18)	(5.599.165,35)
PROVISÕES	**33**	**(614.871,40)**	**(5.620,92)**	**1.019.708,53**
Provisões/Reversões para Contingências		(90.762,35)	(90.762,35)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(524.109,05)	85.141,43	1.019.708,53
RESULTADO OPERACIONAL		**40.050.723,20**	**75.217.434,84**	**49.465.231,67**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**34**	**(98.133,17)**	**(312.510,42)**	**(820.000,62)**
Lucros em Transações com Valores e Bens		56.468,39	427.700,75	463.554,22
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(1.034.358,29)	(1.377.471,82)	(827.177,73)
Ganhos de Capital		34.054,96	57.901,70	57.370,03
Rendas de Aluguel		25.000,00	36.000,00	43.600,00
Reversão de Provisões Não Operacionais		1.333.925,86	1.855.135,48	712.344,38
Outras Rendas Não Operacionais		90.693,08	215.923,61	64.608,58
(-) Perdas de Capital		(13.140,68)	(13.915,58)	(27.463,20)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(588.576,47)	(1.382.074,52)	(1.294.632,19)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(2.200,02)	(131.710,04)	(12.204,71)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**39.952.590,03**	**74.904.924,42**	**48.645.231,05**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(1.078.127,49)**	**(2.827.933,41)**	**(1.597.813,14)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(556.469,73)	(1.637.997,70)	(980.371,59)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(521.657,76)	(1.189.935,71)	(617.441,55)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		**(4.178.058,10)**	**(7.980.530,03)**	**(4.781.660,71)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**34.696.404,44**	**64.096.460,98**	**42.265.757,20**
JUROS AO CAPITAL	**24**	**(2.603.589,58)**	**(3.627.997,77)**	**(2.146.719,11)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**32.092.814,86**	**60.468.463,21**	**40.119.038,09**

Demonstração de Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	**34.696.404,44**	**64.096.460,98**	**42.265.757,20**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**34.696.404,44**	**64.096.460,98**	**42.265.757,20**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	**78.106.735,43**	**(805.380,48)**	**44.975.758,19**	**72.065.661,12**	**6.989.261,81**	**13.039.328,04**	**214.371.364,11**
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**123.601,72**	**123.601,72**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas	-	-	-	6.580.221,07	-	(6.580.221,07)	-
Distribuição de sobras para associados	67.787,29	-	-	-	-	(9.870.331,60)	(9.802.544,31)
Outros Eventos/Reservas	**-**	**-**	**-**	**46.413,06**	**(2.266.123,27)**	**-**	**(2.219.710,21)**
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	9.972.519,44	(2.912.554,00)	-	-	-	-	7.059.965,44
Por Devolução (-)	(6.142.784,47)	-	-	-	-	-	(6.142.784,47)
Reversões de Reservas	**-**	**-**	**(286.771,44)**	**-**	**-**	**240.439,99**	**(46.331,45)**
Reversões de Fundos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.353.451,32**	**4.353.451,32**
Sobras ou Perdas do Período	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**42.265.757,20**	**42.265.757,20**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.146.719,11)	(2.146.719,11)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	2.084.428,94	-	-	-	-	-	2.084.428,94
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	-	-	4.475.926,09	-	-	(4.475.926,09)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	20.141.667,38	-	(20.141.667,38)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	(2.237.963,04)	(2.237.963,04)
Saldos em 31/12/2020	**84.088.686,63**	**(3.717.934,48)**	**49.164.912,84**	**98.833.962,63**	**4.723.138,54**	**14.569.749,98**	**247.662.516,14**
Saldos em 31/12/2020	**84.088.686,63**	**(3.717.934,48)**	**49.164.912,84**	**98.833.962,63**	**4.723.138,54**	**14.569.749,98**	**247.662.516,14**
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**60.071,89**	**60.071,89**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas	-	-	-	12.500.161,05	-	(12.500.161,05)	-
Distribuição de sobras para associados	47.627,21	-	-	-	-	(5.357.211,84)	(5.309.584,63)
Outros Eventos/Reservas	**-**	**-**	**-**	**69.697,76**	**(2.309.842,42)**	**(64.757,50)**	**(2.304.902,16)**
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	8.508.048,01	1.483.253,85	-	-	-	-	9.991.301,86
Por Devolução (-)	(6.084.605,92)	-	-	-	-	-	(6.084.605,92)
Estorno de Capital	(40,00)	-	-	-	-	-	(40,00)
Reversões de Reservas	**-**	**-**	**(541.449,13)**	**-**	**-**	**541.449,13**	**-**
Reversões de Fundos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.810.301,97**	**2.810.301,97**
Sobras ou Perdas do Período	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**64.096.460,98**	**64.096.460,98**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(3.627.997,77)	(3.627.997,77)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	3.576.897,19	-	-	-	-	-	3.576.897,19
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	-	-	6.158.075,15	-	-	(6.158.075,15)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	27.711.338,19	-	(27.711.338,19)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	(3.079.037,58)	(3.079.037,58)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	(2.239.462,77)	(2.239.462,77)
Saldos em 31/12/2021	**90.136.613,12**	**(2.234.680,63)**	**54.781.538,86**	**139.115.159,63**	**2.413.296,12**	**21.339.992,10**	**305.551.919,20**
Saldos em 30/06/2021	**86.675.434,95**	**(6.095.140,73)**	**49.164.912,84**	**111.336.991,11**	**2.376.616,33**	**25.118.074,95**	**268.576.889,45**
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.022,38**	**30.022,38**
Outros Eventos/Reservas	**-**	**-**	**-**	**66.830,33**	**36.679,79**	**(64.757,50)**	**38.752,62**
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	1.947.887,63	3.860.460,10	-	-	-	-	5.808.347,73
Por Devolução (-)	(2.063.606,65)	-	-	-	-	-	(2.063.606,65)
Reversões de Reservas	**-**	**-**	**(541.449,13)**	**-**	**-**	**541.449,13**	**-**
Reversões de Fundos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.810.301,97**	**2.810.301,97**
Sobras ou Perdas do Período	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**34.696.404,44**	**34.696.404,44**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.603.589,58)	(2.603.589,58)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	3.576.897,19	-	-	-	-	-	3.576.897,19
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	-	-	6.158.075,15	-	-	(6.158.075,15)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	27.711.338,19	-	(27.711.338,19)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	(3.079.037,58)	(3.079.037,58)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	(2.239.462,77)	(2.239.462,77)
Saldos em 31/12/2021	**90.136.613,12**	**(2.234.680,63)**	**54.781.538,86**	**139.115.159,63**	**2.413.296,12**	**21.339.992,10**	**305.551.919,20**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**39.952.590,03**	**74.904.924,42**	**48.645.231,05**
Distribuição de Sobras e Dividendos		(1.214.012,76)	(2.985.494,17)	(1.706.682,23)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		11.455.598,04	24.810.792,60	14.360.015,50
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		524.109,05	(85.141,43)	(1.019.708,53)
Provisões/Reversões Não Operacionais		(745.349,39)	(473.060,96)	582.287,81
Provisões/Reversões para Contingências		90.762,35	90.762,35	-
Atualização de Depósitos em Garantia		(50.881,66)	(71.862,11)	(45.798,76)
Depreciações e Amortizações		1.247.638,53	2.440.751,10	2.299.185,27
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		**51.260.454,19**	**98.631.671,80**	**63.114.530,11**
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(20.431.266,63)	(20.855.963,88)	(13.052.629,36)
Títulos e Valores Mobiliários		(107.028,92)	(1.725.564,72)	(193.087,52)
Relações Interfinanceiras		228.163,95	-	-
Operações de Crédito		(315.979.511,81)	(663.178.007,56)	(392.972.100,31)
Outros Ativos Financeiros		(4.572.866,01)	(9.275.605,55)	(2.596.208,85)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		789.063,46	(607.375,97)	(489.425,19)
Outros Ativos		5.799.470,76	12.005.301,30	4.351.902,58
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		44.389.534,78	50.910.830,64	193.393.206,86
Depósitos sob Aviso		(499.718,99)	(972.816,39)	(627.243,52)
Depósitos a Prazo		147.396.470,30	214.259.376,55	202.531.962,26
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		149.016.285,76	207.389.988,93	50.518.327,26
Relações Interfinanceiras		175.102.764,86	204.197.172,52	37.819.361,05
Obrigações por Empréstimos e Repasses		1.211.659,71	(15.024.659,28)	17.575.046,10
Outros Passivos Financeiros		49.853,23	638.807,20	(161.036,86)
Provisões		50.881,66	71.862,11	100.934,45
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(998.164,48)	459.603,49	237.095,93
Outros Passivos		(52.355,97)	(4.716.506,96)	(1.189.293,77)
FATES – Atos Cooperativos		(3.079.037,58)	(3.079.037,58)	(2.237.963,04)
FATES – Atos Não Cooperativos		(2.239.462,77)	(2.239.462,77)	-
Imposto de Renda		(556.469,73)	(1.637.997,70)	(980.371,59)
Contribuição Social		(521.657,76)	(1.189.935,71)	(617.441,55)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		**226.257.062,01**	**64.061.680,47**	**154.525.565,04**
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	27.434,07	72.666,36
Distribuição de Sobras da Central		1.214.012,76	2.958.060,10	1.634.015,87
Aquisição de Intangível		(4.084,04)	(9.626,24)	(162.032,56)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.384.856,05)	(5.181.819,63)	(2.525.605,43)
Aquisição de Investimentos		(119.551,15)	(146.984,58)	(3.487.813,84)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		**(2.294.478,48)**	**(2.352.936,28)**	**(4.468.769,60)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		5.808.347,73	9.991.301,86	7.059.965,44
Devolução de Capital à Cooperados		(2.063.606,65)	(6.084.605,92)	(6.142.784,47)
Estorno de Capital		-	(40,00)	-
Distribuição de sobras para associados		-	(5.309.584,63)	(9.802.544,31)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido		3.576.897,19	3.576.897,19	2.084.428,94
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		30.022,38	60.071,89	123.601,72
Reversões de Reservas		-	-	81,61
Reversões de Fundos		2.810.301,97	2.810.301,97	4.353.451,32
Outros Eventos/Reservas		38.752,62	(2.304.902,16)	(2.266.123,27)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		**10.200.715,24**	**2.739.440,20**	**(4.589.923,02)**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**234.163.298,77**	**64.448.184,39**	**145.466.872,42**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		495.141.067,69	664.856.182,07	519.389.309,65
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	729.304.366,46	729.304.366,46	664.856.182,07
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**234.163.298,77**	**64.448.184,39**	**145.466.872,42**

b. **Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE – SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **25/07/1989**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL** – **SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS,** sediado na **RUA ALMIRANTE BARROSO, N° 888, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,** possui **47** Postos de Atendimento (Pas) nas seguintes localidades: **SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, ANCHIETA – SC, ROMELÂNDIA – SC, PALMA SOLA – SC, PARAÍSO – SC, GUARACIABA – SC, SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC, GUARUJÁ DO SUL – SC, DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, BANDEIRANTE – SC, BARRA BONITA – SC, PRINCESA – SC, FLOR DA SERRA DO SUL – PR, SALGADO FILHO – PR, BOM JESUS DO SUL – PR, JOINVILLE – SC, INDAIAL – SC, ASCURRA – SC, APIÚNA – SC, MANFRINÓPOLIS – PR, LAJEADO – RS, CARLOS BARBOSA – RS, VERANÓPOLIS – RS, NOVA PRATA – RS, TEUTÔNIA – RS, ENCANTADO – RS, GARIBALDI – RS, SOLEDADE – RS, GUAPORÉ – RS, ESPUMOSO – RS, SERAFINA CORRÊA – RS, PARAÍ – RS e ANTA GORDA – RS.**

O **SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(b) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 31/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

b) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE-SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS** junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	22.204.589,27	20.821.270,12
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	13.241.696,15	9.122.851,96
Relações interfinanceiras – Centralização Financeira (b)	693.858.081,04	634.912.059,99
TOTAL	**729.304.366,46**	**664.856.182,07**

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL SC/RS conforme determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 4.677/2018 cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	22.794.222,68	29.225.199,48	16.555.668,50

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Não Ligadas – Vinculados Ao Crédito Rural	441.349,31	490.620,43
Não Ligadas C/ Garantia-Vinculados Ao Cred. Rural	81.018.632,65	55.994.553,46
TOTAL	**81.459.981,96**	**56.485.173,89**

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCO SICOOB** com remuneração entre 101% a 102% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	TOTAL
Não Ligadas – Vinculados Ao Crédito Rural	3.125,86	438.223,45	-	441.349,31
Não Ligadas C/ Garantia-Vinculados Ao Cred. Rural	13.238.570,29	67.780.062,36	-	81.018.632,65
TOTAL	**13.241.696,15**	**68.218.285,81**	**-**	**81.459.981,96**

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021** e **2020** foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.832.563,97	2.598.054,30	1.224.733,13

6. Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	1.790.017,86	863.164,78	-	457.022,65
Vinculados a Prestação de Garantias	315.931,82	-	484.026,45	302.500,64
TOTAL	**2.105.949,68**	**863.164,78**	**484.026,45**	**759.523,29**

Referem-se, a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativos – RDC, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 96% e 101% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	TOTAL
Títulos de Renda Fixa	-	1.790.017,86	863.164,78	2.653.182,64
Vinculados a Prestação de Garantias	-	315.931,82	-	315.931,82
TOTAL	**-**	**2.105.949,68**	**863.164,78**	**2.969.114,46**

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021** e **2020**.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	86.200,75	111.600,28	37.479,08

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
Empréstimos e Títulos Descontados	360.002.301,09	432.346.243,58	**792.348.544,67**	639.042.861,81
Financiamentos	88.493.532,46	354.043.185,76	**442.536.718,22**	227.279.900,70
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	329.125.299,82	210.397.588,99	**539.522.888,81**	256.732.572,14
TOTAL de Operações de Crédito	**777.621.133,37**	**996.787.018,33**	**1.774.408.151,70**	**1.123.055.334,65**
(-) Provisões para Operações de Crédito	**(21.942.265,31)**	**(30.699.721,84)**	**(52.641.987,15)**	**(41.550.361,86)**
TOTAL	**755.678.868,06**	**966.087.296,49**	**1.721.766.164,55**	**1.081.504.972,79**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	TOTAL em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	TOTAL em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	92.832.014,43	64.551.319,85	142.456.070,32	299.839.404,60	-	148.998.092,28	-
A	0,50%	Normal	302.779.250,29	167.856.897,15	274.382.910,84	745.019.058,28	(3.725.095,29)	506.468.614,68	(2.532.343,00)
B	1%	Normal	201.784.567,26	136.774.089,18	100.486.216,55	439.044.872,99	(4.390.448,73)	252.441.244,95	(2.524.412,45)
B	1%	Vencidas	2.970.312,58	782.999,71	381.184,65	4.134.496,94	(41.344,97)	1.161.155,00	(11.611,55)
C	3%	Normal	125.601.515,67	62.997.304,31	19.463.598,93	208.062.418,91	(6.241.872,57)	144.332.427,24	(4.329.972,82)
C	3%	Vencidas	3.581.751,72	1.884.129,68	125.586,21	5.591.467,61	(167.744,00)	2.938.356,50	(88.150,70)
D	10%	Normal	14.422.377,95	5.585.698,38	1.726.616,65	21.734.692,98	(2.173.469,30)	16.956.333,76	(1.695.633,38)
D	10%	Vencidas	2.472.966,69	572.340,96	15.455,17	3.060.762,82	(306.076,28)	1.596.879,17	(159.687,92)
E	30%	Normal	5.835.762,72	384.032,24	249.481,88	6.469.276,84	(1.940.783,05)	9.258.854,16	(2.777.656,25)
E	30%	Vencidas	3.387.568,32	423.093,91	17.796,76	3.828.458,99	(1.148.537,70)	6.887.956,84	(2.066.387,05)
F	50%	Normal	5.519.359,64	189.075,91	16.491,96	5.724.927,51	(2.862.463,76)	7.829.093,84	(3.914.546,92)
F	50%	Vencidas	2.889.488,60	87.741,13	47.193,31	3.024.423,04	(1.512.211,52)	4.090.267,32	(2.045.133,66)
G	70%	Normal	956.867,31	11.882,40	-	968.749,71	(678.124,80)	685.640,11	(479.948,08)
G	70%	Vencidas	1.384.587,54	119.847,57	-	1.504.435,11	(1.053.109,81)	1.618.481,38	(1.132.940,66)
H	100%	Normal	16.802.583,75	28.267,50	15.871,99	16.846.723,24	(16.846.723,24)	9.844.019,03	(9.844.019,03)
H	100%	Vencidas	9.127.570,20	287.998,34	138.413,59	9.553.982,13	(9.553.982,13)	7.947.918,39	(7.947.918,39)
TOTAL Normal			**766.534.299,02**	**438.378.566,92**	**538.797.259,12**	**1.743.710.125,06**	**(38.858.980,74)**	**1.096.814.320,05**	**(28.098.531,93)**
TOTAL Vencidos			**25.814.245,65**	**4.158.151,30**	**725.629,69**	**30.698.026,64**	**(13.783.006,41)**	**26.241.014,60**	**(13.451.829,93)**
TOTAL Geral			**792.348.544,67**	**442.536.718,22**	**539.522.888,81**	**1.774.408.151,70**		**1.123.055.334,65**	
Provisões			**(43.667.077,86)**	**(5.566.125,96)**	**(3.408.783,33)**	**(52.641.987,15)**	**(52.641.987,15)**	**(41.550.361,86)**	**(41.550.361,86)**
TOTAL Líquido			**748.681.466,81**	**436.970.592,26**	**536.114.105,48**	**1.721.766.164,55**		**1.081.504.972,79**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	TOTAL
Empréstimos	137.110.849,83	222.891.451,26	432.346.243,58	792.348.544,67
Financiamentos	23.064.414,06	65.429.118,40	354.043.185,76	442.536.718,22
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	55.902.865,33	273.222.434,49	210.397.588,99	539.522.888,81
TOTAL	**216.078.129,22**	**561.543.004,15**	**996.787.018,33**	**1.774.408.151,70**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	24.718.300,75	11.356.337,04	11.123.421,51	47.198.059,30	**2,66%**
Setor Privado – Indústria	17.058.497,63	2.179.513,98	4.645.250,02	23.883.261,63	**1,35%**
Setor Privado – Serviços	442.385.786,25	226.340.922,52	57.288.364,98	726.015.073,75	**40,92%**
Pessoa Física	305.071.647,36	196.032.218,59	465.558.197,18	966.662.063,13	**54,48%**
Outros	3.114.312,68	6.627.726,09	907.655,12	10.649.693,89	**0,60%**
TOTAL	**792.348.544,67**	**442.536.718,22**	**539.522.888,81**	**1.774.408.151,70**	**100,00%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**(41.550.361,86)**	**(48.131.442,32)**
Constituições/Reversões no período	2.577.526,53	27.563.758,05
Transferência para Prejuízo no período	(13.669.151,82)	(20.982.677,59)
Saldo Final	**(52.641.987,15)**	**(41.550.361,86)**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira TOTAL	31/12/2020	% Carteira TOTAL
Maior Devedor	36.504.190,89	2,06%	24.349.704,26	2,17%
10 Maiores Devedores	153.817.781,42	8,67%	103.315.062,45	9,20%
50 Maiores Devedores	337.018.650,93	18,99%	221.798.798,08	19,75%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**114.865.820,22**	**101.893.420,71**
Valor das operações transferidas no período	13.669.151,82	20.982.677,59
Valor das operações recuperadas no período	(12.575.443,73)	(6.951.660,08)
Descontos concedidos nas operações recuperadas	(95.629,51)	(1.058.618,00)
Saldo Final	**115.863.898,80**	**114.865.820,22**

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos Por Avais E Finanças Honrados (a)	1.949.960,44	-	1.412.475,97	-
Rendas A Receber (b)	7.723.141,54	-	2.818.256,28	-
Devedores Por Compra De Valores E Bens ©	17.142.591,51	-	14.813.757,44	-
Títulos E Créditos A Receber (d)	1.352.577,42	-	1.238.169,96	-
Devedores Por Depósitos Em Garantia (e)	-	3.131.520,00	-	3.059.651,38
(-) Provis–o - Tarifas Pendentes	(517.708,18)	-	(401.784,27)	-
TOTAL	**27.650.562,73**	**3.131.520,00**	**19.880.875,38**	**3.059.651,38**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R$ 100.609,02), Rendas de Cartões (R$ 651.279,26) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R$ 6.724.695,74) e outros (R$ 246.557,52);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R$ 517.708,18) e outros (R$ 834.869,24);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Cofins (R$ 3.091.022,65) e outros (R$ 40.497,35).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/199a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para Avais e Fianças Honrados (a)	(1.499.314,66)	(1.173.338,76)
Com Características De Concessão De Crédito (a)	(471.931,30)	(409.842,09)
TOTAL	**(1.971.245,96)**	**(1.583.180,85)**

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	TOTAL em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	TOTAL em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	1.795.135,67	1.795.135,67	-	5.532.640,41	-
A	0,50%	Normal	5.478.668,40	5.478.668,40	(27.393,34)	2.948.449,48	(14.742,25)
B	1%	Normal	4.166.309,98	4.166.309,98	(41.663,10)	3.976.446,68	(39.764,47)
B	1%	Vencidas	104.959,75	104.959,75	(1.049,60)	16.000,00	(160,00)
C	3%	Normal	4.833.903,74	4.833.903,74	(145.017,11)	1.230.976,82	(36.929,30)
C	3%	Vencidas	-	-	-	162.746,33	(4.882,39)
D	10%	Normal	375.023,31	375.023,31	(37.502,33)	286.103,84	(28.610,38)
D	10%	Vencidas	-	-	-	158.760,78	(15.876,08)
E	30%	Normal	425.685,70	425.685,70	(127.705,71)	275.682,97	(82.704,89)
E	30%	Vencidas	291.865,81	291.865,81	(87.559,74)	314.781,11	(94.434,33)
F	50%	Normal	13.697,73	13.697,73	(6.848,87)	44.751,35	(22.375,68)
F	50%	Vencidas	76.347,40	76.347,40	(38.173,70)	33.970,73	(16.985,37)
G	70%	Normal	168.324,57	168.324,57	(117.827,20)	5.497,33	(3.848,13)
G	70%	Vencidas	73.749,59	73.749,59	(51.624,71)	58.527,01	(40.968,91)
H	100%	Normal	27.294,69	27.294,69	(27.294,69)	17.185,55	(17.185,55)
H	100%	Vencidas	1.261.585,61	1.261.585,61	(1.261.585,86)	1.163.713,02	(1.163.713,13)
TOTAL Normal			**17.284.043,79**	**17.284.043,79**	**(531.252,35)**	**14.317.734,43**	**(246.160,65)**
TOTAL Vencidos			**1.808.508,16**	**1.808.508,16**	**(1.439.993,61)**	**1.908.498,98**	**(1.337.020,20)**
TOTAL Geral			**19.092.551,95**	**19.092.551,95**		**16.226.233,41**	
Provisões			**(1.971.245,96)**	**(1.971.245,96)**	**(1.971.245,96)**	**(1.583.180,85)**	**(1.583.180,85)**
TOTAL Líquido			**17.121.305,99**	**17.121.305,99**		**14.643.052,56**	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos E Contribuições A Compensar	1.154.550,68	547.174,71
TOTAL	**1.154.550,68**	**547.174,71**

10. Outros Ativos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	280.458,62	207.475,39
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	28.656,37	129.215,20
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	26.424,90	10.820,71
Pagamentos a Ressarcir	22.222,65	8.914,42
Devedores Diversos – País (a)	153.874,72	255.252,04
Material em Estoque	360.333,10	204.107,01
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	17.105.241,16	29.401.745,44
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(7.717.447,20)	(8.168.278,73)
Despesas Antecipadas (d)	439.224,06	190.068,95
Sem Característica de Concessão de Crédito	(843.819,49)	(851.911,20)
TOTAL	**9.855.168,89**	**21.387.409,23**

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$ R$ 13.884,31), Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOB** (R$ 33.908,92) e outros (R$ 106.081,49);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(d) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, assinatura de periódicos, comissões e prêmios, processamento de dados, IPVA e softwares.

11. Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	30.510.190,52	30.510.190,52
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	1.189.503,05	1.042.518,47
Outros Investimentos	5.225,00	5.225,00
TOTAL	**31.704.918,57**	**31.557.933,99**

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB.**

12. Imobilizado de Uso

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		1.339.204,51	21.947,59
Terrenos		5.330.988,12	4.921.973,37
Edificações	4%	15.637.389,81	15.260.997,58
Instalações	10%	2.367.123,37	1.061.809,28
Móveis e equipamentos de Uso	10%	10.960.221,25	10.025.262,26
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.941.713,61	4.529.989,17
Sistema de Segurança	10%	2.571.174,57	2.319.352,37
Sistema de Transporte	20%	356.725,44	376.381,21
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		98.122,57	1.855,00
Imobilizado de Uso		**43.602.663,25**	**38.519.567,83**
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(3.103.243,19)	(2.486.125,27)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(522.254,66)	(313.998,95)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(11.474.693,83)	(10.096.509,28)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(311.415,79)	(241.053,55)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(2.912,55)	(852,42)
TOTAL de Depreciação de Imobilizado de Uso		**(15.414.520,02)**	**(13.138.539,47)**
TOTAL		**28.188.143,23**	**25.381.028,36**

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

A variação durante o exercício 2021 está representada pela abertura dos novos Ponto de Atendimento nas localidades de GARIBALDI - RS, SERAFINA CORRÊA - RS, PARAÍ, E ANTA GORDA – RS.

13. Intangível

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	731.792,78	729.243,74
TOTAL de Intangível	**731.792,78**	**729.243,74**
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(608.727,31)	(549.758,17)
TOTAL de Amortização de ativos Intangíveis	**(608.727,31)**	**(549.758,17)**
TOTAL	**123.065,47**	**179.485,57**

14. Depósitos

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	380.089.102,73	-	329.178.272,09	-
Depósito Sob Aviso (b)	3.271.391,64	-	4.244.208,03	-
Depósito a Prazo (b)	1.153.905.169,86	6.265.790,68	937.608.096,20	8.303.487,79
TOTAL	**1.537.265.664,23**	**6.265.790,68**	**1.271.030.576,32**	**8.303.487,79**

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/2013. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira TOTAL	31/12/2020	% Carteira TOTAL
Maior Depositante	60.444.160,63	3,21%	21.922.425,22	1,56%
10 Maiores Depositantes	250.207.762,37	13,31%	108.645.497,95	7,71%
50 Maiores Depositantes	407.194.088,43	21,66%	227.401.519,23	16,14%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(103.736,60)	(152.182,79)	(127.056,83)
Despesas de Depósitos a Prazo	(34.259.739,65)	(45.633.686,34)	(21.181.580,97)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(5.681.653,20)	(7.122.464,69)	(2.388.076,70)
Despesa Letras De Crédito do Imobiliário	(2.281.768,02)	(2.533.398,02)	(22.718,20)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.301.160,84)	(2.357.253,90)	(1.712.134,79)
TOTAL	**(43.628.058,31)**	**(57.798.985,74)**	**(25.431.567,49)**

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/2004). Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	108.324.400,95	-	9.221.199,20	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	42.968.495,25	185.461.179,92	68.663.390,31	51.479.497,68
TOTAL	**151.292.896,20**	**185.461.179,92**	**77.884.589,51**	**51.479.497,68**

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	12/2031 a 01/2022	256.587.444,10	120.314.400,12	110.133.011,59	65.688.514,17
Cooperativa Central	03/2024 a 06/2028	618.103,41	2.646.376,47	-	-
TOTAL	**-**	**257.205.547,51**	**122.960.776,59**	**110.133.011,59**	**65.688.514,17**

A taxa de juros sobre os recursos captados juntos as outras instituições variam de 1% a 12,75% a.a.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	07/2022 a 06/2027	5.304.398,38	3.384.099,60	9.586.950,91	120.000,00
Recursos do Banco Sicoob	-	-	-	15.011.369,23	-
Banco do Brasil	10/2025	-	50.437,84	-	49.433,46
BNDES	-	-	-	27.832,97	-
BRDE	04/2023	1.031.991,47	-	-	-
TOTAL	**-**	**6.336.389,85**	**3.434.537,44**	**24.626.153,11**	**169.433,46**

A taxa de juros sobre os recursos captados juntos as outras instituições variam de 0,61% a.a. + CDI a 20%TR da CDI, e 8,5% a.a. da taxa Selic.

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo do Brasil - Banco Sicoob	(7.593.441,85)	(11.034.231,98)	(6.019.602,36)
Cooperativa Central	(259.969,40)	(331.634,40)	(106.665,15)
Outras Instituições	(31.991,47)	(69.520,24)	(165.475,44)
TOTAL	**(7.885.402,72)**	**(11.435.386,62)**	**(6.291.742,95)**

17. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o saldo de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Correspondentes no País	118.895,84	266.521,66
TOTAL	**118.895,84**	**266.521,66**

18. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos Em Trânsito De Terceiros (a)	1.232,06	3.061,82
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	283.105,40	178.856,86
Cobrança E Arrecadação De Tributos E Assemelhados (b)	617.962,94	81.574,52
TOTAL	**902.300,40**	**263.493,20**

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio Saneamento (R$ 1.232,06).

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 591.168,03), Municipais (R$ 25.929,89) e outros (R$ 865,02).

19. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20. Provisões

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.027.399,44	2.131.670,08	603.219,52	2.640.991,43
Provisão Para Contingências (b)	3.237.785,00	-	3.075.160,54	-
TOTAL	**4.265.184,44**	**2.131.670,08**	**3.678.380,06**	**2.640.991,43**

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	247.092.274,51	195.627.350,06
TOTAL	**247.092.274,51**	**195.627.350,06**

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
COFINS	3.091.022,65	3.091.022,65	3.019.160,54	3.019.160,54
Trabalhistas	-	40.497,35	-	40.490,84
Cíveis	146.762,35	-	56.000,00	-
TOTAL	**3.237.785,00**	**3.131.520,00**	**3.075.160,54**	**3.059.651,38**

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R$ 2.011.490,62 (Dois milhões, onze mil e quatrocentos e noventa reais e sessenta e dois centavos). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

21. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos E Contribuições A Recolher	2.245.682,11	1.786.078,62
TOTAL	**2.245.682,11**	**1.786.078,62**

22. Outros Passivos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	18.249.034,51	8.196.497,59
Cheques Administrativos	3.692.789,00	4.221.117,10
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	1.090.272,19	942.226,09
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	8.756.904,17	12.135.359,00
Credores Diversos – País (c)	4.849.276,66	4.254.703,88
Rendas Antecipadas	17.903,87	14.255,90
TOTAL	**36.656.180,40**	**29.764.159,56**

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	5.551.440,45	3.043.242,07
Provisão para Participações nas Sobras (a.2)	7.495.436,30	-
Cotas de Capital a Pagar (a.3)	5.202.157,76	5.153.255,52
TOTAL	**18.249.034,51**	**8.196.497,59**

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(a.2) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R$ 5.667.400,69), Outras despesas administrativas (2.102.597,37), Rateio das despesas administrativas da Central (327.687,65) e outros (R$ 659.218,46);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar **BANCO SICOOB** (R$ 1.226.013,72), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R$ 271.671,59), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R$ 357.483,36), Crédito de terceiros (R$815.707,46), Valores a liquidar - parcelas crédito consignado (R$830.373,64) outros (R$ 1.348.026,89).

23. Patrimônio Líquido

23.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	87.901.932,49	80.370.752,15
Associados	97.810	88.512

23.2) Reserva de Sobras

23.2.1) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10**%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	49.164.912,84	44.975.758,19
(-) Utilização	(541.449,13)	(286.771,44)
Destinação	6.158.075,15	4.475.926,09
TOTAL	**54.781.538,86**	**49.164.912,84**

23.2.2) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **45%**, utilizada para cobertura de perdas de receitas ou incremento de despesas conforme regulamento específico.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	98.833.962,63	72.065.661,12
Recomposição de Reserva	69.697,76	46.413,06
Distribuição das Sobras conf. AGO	12.500.161,05	6.580.221,07
Destinação	27.711.338,19	20.141.667,38
TOTAL	**139.115.159,63**	**98.833.962,63**

23.2.3) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF – Sicoob Central SC/RS

Representado pelo repasse de recurso oriundo do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob Central SC/RS, o qual foi destinado ao Sicoob São Miguel visando manter os limites operacionais em decorrência dos recursos negativos acumulados provenientes da incorporação da Coopercred. Esse recurso é atualizado pela Taxa Referencial – TR mensalmente. A devolução deste recurso é realizada em parcelas anuais com prazo final até abril/2022.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	4.723.138,54	6.989.261,81
Pagamento parcela anual	(2.369.761,66)	(2.344.715,18)
Atualização monetária	59.919,24	78.591,91
TOTAL	**2.413.296,12**	**4.723.138,54**

23.3) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/03/2021 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R$ 17.857.372,89 (dezessete milhões, oitocentos e cinquenta

e sete mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e nova centavos), 70% (setenta por cento) ao Fundo de Estabilidade Financeira – FEF, 30% (trinta por cento) em conta corrente, a qual foi destinada da seguinte forma:

Descrição	08/03/2021
Em Conta Corrente do Associado	5.230.942,39
Ao Capital	47.627,21
A pagar a ex associados	59.907,98
Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	12.500.161,05
Abatimento de perdas associados migradas da MAXICRÉDITO	18.734,26
Sobras Distribuídas	**17.857.372,89**

23.3.1) Destinações estatutárias e legais

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de sobras acumuladas e as destinações estatuárias e legais da sobra líquida foram:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	**64.096.460,98**	**42.265.757,20**
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	**(3.627.997,77)**	**(2.146.719,11)**
03. Sobras Líquidas do Período (1-2)	**60.468.463,21**	**40.119.038,09**
04. Utilização de Reservas	**3.351.751,10**	**4.640.222,76**
(+) FATES	2.810.301,97	4.353.451,32
(+) Reserva Legal	541.449,13	286.771,44
05. Resultado do Período (3+4)	**63.820.214,31**	**44.759.260,85**
06. Destinações Estatutárias e Legais	**(39.187.913,69)**	**(26.855.556,51)**
(-) FATES Resultado com Não Associados	(2.239.462,77)	-
(-) FATES 5%	(3.079.037,58)	(2.237.963,04)
(-) Reserva Legal 10%	(6.158.075,15)	(4.475.926,09)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF 45%	(27.711.338,19)	(20.141.667,38)
07. Devolução de Reservas	**(64.757,50)**	**(46.331,45)**
(+) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	(64.757,50)	(46.331,45)
08. Sobra à disposição da Assembleia Geral (5+6+7)	**24.567.543,12**	**17.857.372,89**

24. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 100% ao ano da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, no montante de R$ 3.627.997,77, aprovada em reunião do Conselho de Administração do dia 15/12/2021, ATA nº 140. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

25. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	73.919,67	142.421,56	168.144,34
Rendas de Empréstimos	53.749.039,38	96.217.268,53	78.634.057,93
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.365.580,83	6.179.505,76	6.203.442,92
Rendas de Financiamentos	26.036.014,87	40.996.246,89	17.617.423,08
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	5.162.600,26	10.256.444,23	3.800.108,01
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	3.639.312,74	5.610.877,38	4.416.993,62
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.489.105,51	2.400.573,71	944.009,59
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	2.155.430,53	2.155.430,53	-
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	4.339.655,71	13.965.965,93	8.222.168,58
TOTAL	**100.010.659,50**	**177.924.734,52**	**120.006.348,07**

26. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Captação no Mercado	**(43.628.058,31)**	**(57.798.985,74)**	**(25.431.567,49)**
Operações de Empréstimos e Repasses	**(7.885.402,72)**	**(11.435.386,62)**	**(6.291.742,95)**
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**(11.455.598,04)**	**(24.810.792,60)**	**(14.360.015,50)**
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	10.465.953,79	20.819.208,25	25.799.013,30
Reversões de Provisões para Outros Créditos	493.207,80	987.498,89	1.599.721,52
(-) Provisões para Operações de Crédito	(20.866.323,37)	(43.736.024,05)	(38.689.124,35)
(-) Provisões para Outros Créditos	(1.548.436,26)	(2.881.475,69)	(3.069.625,97)
TOTAL	**(62.969.059,07)**	**(94.045.164,96)**	**(46.083.325,94)**

27. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	2.799.679,41	5.306.001,48	4.659.577,00
Rendas de Outros Serviços	14.220.188,47	23.392.932,07	15.922.702,84
Rendas de Garantias Prestadas	28.801,13	49.879,40	41.220,60
TOTAL	**17.048.669,01**	**28.748.812,95**	**20.623.500,44**

28. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	3.349.710,67	6.426.792,20	4.465.519,01
Rendas de Serviços Prioritários – PF	431.576,91	889.567,59	954.903,18
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	347.401,38	623.118,29	547.911,49
Rendas de Tarifas – PJ	4.662.907,54	8.981.711,18	6.902.159,69
TOTAL	**8.791.596,50**	**16.921.189,26**	**12.870.493,37**

29. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários	(1.339.830,33)	(2.620.683,76)	(2.331.874,00)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(6.112.391,59)	(11.440.558,44)	(10.115.953,64)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(5.402.783,60)	(10.024.217,07)	(8.269.996,22)
Despesas de Pessoal – Proventos	(15.042.448,51)	(27.498.391,70)	(23.194.665,17)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(324.479,86)	(508.446,09)	(449.991,73)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(41.218,88)	(93.283,91)	(136.990,84)
TOTAL	**(28.263.152,77)**	**(52.185.580,97)**	**(44.499.471,60)**

30. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(383.413,24)	(885.508,70)	(821.438,40)
Despesas de Aluguéis	(2.045.983,28)	(3.935.624,85)	(3.557.250,56)
Despesas de Comunicações	(506.399,20)	(926.493,21)	(844.420,06)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(325.619,92)	(636.104,14)	(348.546,94)
Despesas de Material	(270.166,67)	(394.356,84)	(275.297,04)
Despesas de Processamento de Dados	(2.504.157,71)	(5.125.012,50)	(5.081.376,62)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.348.340,98)	(1.995.523,31)	(1.685.417,25)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(371.607,32)	(666.891,17)	(533.477,76)
Despesas de Publicações	(100,00)	(20.558,00)	(11.113,00)
Despesas de Seguros	(34.781,49)	(70.469,00)	(69.107,41)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(3.365.655,67)	(5.791.933,13)	(3.845.025,77)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.108.166,65)	(3.803.275,07)	(2.946.709,66)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.290.224,89)	(2.524.282,98)	(2.387.790,12)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.473.554,85)	(2.749.673,45)	(2.302.548,98)
Despesas de Transporte	(626.459,18)	(1.198.287,51)	(1.414.668,77)
Despesas de Viagem no País	(127.237,62)	(274.935,97)	(263.985,09)
Despesas de Amortização	(29.311,14)	(66.046,34)	(70.180,98)
Despesas de Depreciação	(1.218.327,39)	(2.374.704,76)	(2.229.004,29)
Outras Despesas Administrativas	(3.319.248,19)	(6.150.028,60)	(5.165.029,56)
TOTAL	**(21.348.755,39)**	**(39.589.709,53)**	**(33.852.388,26)**

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	482.691,18	1.349.613,10	705.813,56
Reversão de Outras Provisões	-	-	134.042,20
Dividendos	-	27.434,07	72.666,36
Rendas de Cartão e Adquirência	1.829.958,26	3.481.762,57	3.523.160,40
Atualização de Depósitos Judiciais	50.881,66	71.862,11	45.798,76
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.045.540,78	1.776.841,36	1.466.055,60
Sobras Recebidas da Central	1.214.012,76	2.958.060,10	1.634.015,87
Outras Receitas e Ingressos Operacionais	1.536.847,96	2.548.522,08	1.571.017,99
TOTAL	**6.159.932,60**	**12.214.095,39**	**9.152.570,74**

32. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Descontos Concedidos	(237.320,39)	(896.706,15)	(2.841.753,31)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(79.303,33)	(173.968,87)	(210.599,59)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(544.768,01)	(994.950,30)	(855.367,34)
Outras Contribuições Diversas	(113.745,44)	(213.882,62)	(201.517,89)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(194.385,87)	(294.024,30)	(60.526,33)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(21.087,51)	(27.245,96)
Perdas - Fraudes Internas	(77.436,62)	(77.436,62)	-
Perdas - Fraudes Externas	(32.826,72)	(45.970,75)	(14.883,28)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(22.321,12)	(43.595,79)	-
Perdas - Práticas Inadequadas	(53.498,92)	(94.017,12)	(10.127,01)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	(2.060,00)	(3.695,00)	(1.500,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de Ti	(13.683,72)	(21.156,03)	(2.017,90)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(10.162,84)	(28.662,41)	(37.827,71)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(601.934,25)	(1.176.528,71)	(1.335.799,03)
TOTAL	**(1.983.447,23)**	**(4.085.682,18)**	**(5.599.165,35)**

33. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	**(90.762,35)**	**(90.762,35)**	**-**
Provisões para Contingências	(90.762,35)	(90.762,35)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	**(524.109,05)**	**85.141,43**	**1.019.708,53**
Provisões para Garantias Prestadas	(1.466.093,15)	(2.179.044,02)	(2.159.083,82)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	941.984,10	2.264.185,45	3.178.792,35
TOTAL	**(614.871,40)**	**(5.620,92)**	**1.019.708,53**

34. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucros em Transações com Valores e Bens	56.468,39	427.700,75	463.554,22
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(1.034.358,29)	(1.377.471,82)	(827.177,73)
Ganhos de Capital	34.054,96	57.901,70	57.370,03
Rendas de Aluguel	25.000,00	36.000,00	43.600,00
Reversão de Provisões Não Operacionais	1.333.925,86	1.855.135,48	712.344,38
Outras Rendas Não Operacionais	90.693,08	215.923,61	64.608,58
(-) Perdas de Capital	(13.140,68)	(13.915,58)	(27.463,20)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais	(588.576,47)	(1.382.074,52)	(1.294.632,19)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(2.200,02)	(131.710,04)	(12.204,71)
TOTAL	**(98.133,17)**	**(312.510,42)**	**(820.000,62)**

35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no período de 2021 foram identificados os eventos considerados "resultados não recorrentes" no valor de R$ 11.991,84, equivalente a despesas oriundas de eventos pandêmicos.

36. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Vínculo de Grupo Econômico	99.941,52	0,01%	4,00
Sem vínculo de Grupo Econômico	2.082.839,37	0,10%	6.191,56
TOTAL	**2.182.780,89**	**0,11%**	**6.195,56**
Montante das Operações Passivas	5.193.966,35	0,28%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,02%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,02%
Crédito Rural (modalidades)	0,08%
Aplicações Financeiras	0,28%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021:**

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Saldo Devedor	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	5.876,72	29,48	0,11%
Financiamentos Rurais	1.868.584,11	6.806,75	0,35%
Empréstimos	501.215,06	4.303,95	0,07%
Financiamentos	1.070.743,53	2.754,03	0,24%
Direitos Creditórios Descontados	29.984,90	149,93	0,08%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	937.667,13	0,25%	-%
Depósitos a Prazo	4.923.370,02	0,42%	0,75%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	1,20%
Empréstimos	1,10%
Financiamentos	0,74%
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	95,46%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta corrente	13.308,18
Crédito Rural	4.076.546,44
Direitos Creditórios Descontados	182.284,27
Empréstimos	1.016.026,98
Financiamentos	3.234.480,10

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações	2.324.452,61	6.241.365,81

f) Em **2021,** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados da seguinte forma:

Descrição	2º Sem./2021	2021	2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.249.636,89)	(2.428.172,39)	(2.223.301,03)
Encargos Sociais	(300.569,83)	(699.839,61)	(608.078,39)
Previdência Complementar	(28.513,98)	(55.411,32)	-
Participação Nos Resultados	-	(440.304,78)	(406.731,44)
Seguros	(1.755,36)	(3.474,72)	-
Plano De Saúde	(13.143,93)	(25.950,09)	-
Alimentação	(31.920,00)	(62.248,53)	-
TOTAL	**(1.625.539,99)**	**(3.715.401,44)**	**(3.238.110,86)**

37. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL** - **SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL SC/RS**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	693.858.081,04	634.912.059,99
Ativo – Investimentos	30.510.190,52	30.510.190,52
Total das Operações Ativas	**724.368.271,56**	**665.422.250,51**
Passivo - Repasses Interfinanceiros	3.264.479,88	-
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.688.497,98	9.706.950,91
Total de Operações Passivas	**11.952.977,86**	**9.706.950,91**

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL SC/RS**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	22.794.222,68	29.225.199,48	16.555.668,50
Total das Receitas	**22.794.222,68**	**29.225.199,48**	**16.555.668,50**
Rateio de Despesas da Central	(1.939.396,97)	(3.601.585,94)	(2.603.311,97)
Total das Despesas	**(1.939.396,97)**	**(3.601.585,94)**	**(2.603.311,97)**

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área responsável por Risco Operacional, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.4 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

38.5 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos.

38.6 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O **SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS** adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/2017, e o Índice de Basileia, definido na Resolução CMN nº 4.193/2013, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mantido pela entidade é suficiente para fazer frente aos riscos em que ela está exposta.

O Patrimônio de Referência (PR) encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	283.770.230,03	229.184.156,03
Ativos Ponderados pelo Risco (RWAS5)	1.832.565.126,71	1.288.386.134,63
Índice de Basiléia (mínimo 11,5%)	15,48	17,78
Imobilizado para cálculo do limite	28.193.368,23	25.386.253,36
Índice de imobilização (limite 50%)	9,93	11,07

41. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes ao percentual fixo de 3% (três por cento) do salário.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(241.048,50)	(453.383,75)	(414.340,01)

SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Edemar Fronchetti
Presidente

Pedro Vlademir Schutz
Diretor Financeiro

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste – Sicoob São Miguel SC
São Miguel do Oeste – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste – Sicoob São Miguel SC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob São Miguel SC em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 14 de fevereiro de 2022.

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SICOOB SÃO MIGUEL

Referente ao exercício de 2021

Nós, membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC, cumprindo nossas funções enquanto conselheiros emitimos o seguinte parecer:

Ao analisarmos atos de gestão, documentações e demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como o parecer técnico dos Auditores Independentes, concluímos que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Sicoob São Miguel, somos, portanto, de parecer favorável e recomendamos a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Por fim, este Conselho Fiscal, além das boas práticas de gestão e governança observadas no Sicoob São Miguel durante o exercício de 2021, sob sua responsabilidade, reconhece a dedicação da equipe técnica e dirigentes que, diretamente, assistiram este Colegiado em toda sua gestão.

São Miguel do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2022.

Elisabete Regina Dalmagro Herbert
Conselheira Fiscal

Claudiomir Jose Della-Flora
Conselheiro Fiscal

Jair Vicente Tomazi
Conselheiro Fiscal

Celeste Bisutti
Conselheiro Fiscal

Haribert Egon Schwegler
Conselheiro Fiscal

Simone Maria Smanhotto Rigo
Conselheiro Fiscal

#INTERNO#

SICOOB
São Miguel

@sicoobsaomiguel
@sicoobsmo
/sicoobsmo
www.sicoobsmo.com.br